



## TERMO DE REFERÊNCIA – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

**Processo Administrativo nº 111.728/2024**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de obra e serviços de engenharia para regularização de poço tubular através de documento de outorga, para fins de abastecimento de água potável, junto ao Departamento de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul (DRH RS), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Total
1	Regularização de poço comunitário através de documento de outorga junto ao Departamento de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul (DRH RS). Poço destinado para fornecimento de água potável. Atividade realizada com vistas à regularização de um poço comunitário de Osório junto ao DRH RS.	1	1	R\$ 3.900,00	R\$ 3.900,00

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, nos termos do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O contrato de prestação de serviços incluirá o detalhamento das regras de vigência da contratação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], por se tratar de uma ação de regularização não prevista pela administração. O poço em questão será regularizado para atender demandas provenientes do Governo Estadual e da promotoria Especializada do Ministério Público Estadual, no âmbito do Ofício nº 687/2023 – GAB/DIOUT/DRHRS/SEMA e do Inquérito Civil 01212.000.105/2022

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A regularização do poço será finalizada a partir da obtenção do documento de outorga, a ser obtido junto ao Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
2 | 16

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

- 4.1.1. Prever boas práticas ambientais, evitando qualquer tipo de impacto decorrente das atividades, especialmente, no que tange o apropriado gerenciamento dos resíduos.

##### Subcontratação

- 4.2. É vedada a subcontratação do objeto;
- 4.3. A subcontratação parcial do objeto fica limitada às empresas que apresentarem comprovação de vínculo com o responsável pelas atividades subcontratadas. Para fins de comprovação de vínculo, admite-se cópia do contrato de prestação de serviços entre as partes, onde deverá constar, especificamente:
- 4.3.1. lista das atividades subcontratadas,
- 4.3.2. cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (caso aplicável).
- 4.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

##### Garantia da Contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

##### Vistoria

- 4.6. Não há necessidade obrigatória de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 4.7. Caso a avaliação prévia do local seja de interesse, o licitante interessado deverá entrar em contato com a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária através do número 51-9712-5459 (fone e WhatsApp). A vistoria pode ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 17:30 horas.
- 4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa, seu preposto, ou o responsável técnico, deverá estar devidamente identificado, com documento de identidade civil e comprovante de habilitação técnica (registro regularizado junto ao Conselho competente);
- 4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.10. A não realização da vistoria não poderá ser alegada como motivo para embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
3 | 16

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Após emissão da ordem de serviço;

5.1.2. As atividades discriminadas a seguir foram fundamentadas no documento obtido junto ao website do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de meio Ambiente do Rio Grande do Sul (<https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202403/12121810-passo-a-passo-para-regularizacao-de-aguas-subterraneas-no-siout-rs.pdf>).

5.1.3. A sequência de atividades deverá ser realizada de modo que permita que o poço receba documento de outorga de uso de águas subterrâneas para consumo humano. Caso sejam solicitados documentos, atividades ou análises complementares, não previstas no presente TR, a empresa deverá tomar providências para conformidade sem nenhum tipo de ônus à Prefeitura de Osório.

5.1.4. Todas as atividades de adequação estrutural, diagnóstico local, taxas administrativas e ficarão ao encargo da empresa contratada.

5.1.5. Cronograma de realização dos serviços:

Atividade/mês	Mês 1		Mês 2		Mês 3		Mês 4	
1.Diagnóstico Inicial	X							
2.Ensaio de bombeamento		X						
3.Instalação de tubo de monitoramento de nível		X						
4.Cercamento e laje de proteção		X	X					
5.Coletas e Análises Laboratoriais	X	X						
6.Elaboração de projeto operacional	X	X	X					
7.Preenchimento SIOUT			X					
8.Obtenção de outorga de uso do poço			X	X	X	X	X	

5.1.5.1. Atividade 1 Diagnóstico Inicial

A atividade de diagnóstico inicial consiste na primeira etapa do projeto. Durante a atividade 1, a empresa vencedora deverá apresentar solicitação formal, a qual deverá ser disponibilizada ao fiscal do contrato, com a lista dos documentos e informações necessárias para abertura do processo de outorga.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
4 | 16

De antemão, informa-se que não há perfil geológico/construtivo disponível para consulta. Não há dados históricos. O nível d'água e a profundidade do poço são desconhecidas.

**5.1.5.2. Atividade 2 Ensaio de Bombeamento**

O ensaio de bombeamento deverá seguir as diretrizes exigidas pelo DRH RS. Todas as ações associadas a realização do ensaio de bombeamento são de completa responsabilidade da empresa contratada.

**5.1.5.3. Atividade 3. Instalação de tubo de monitoramento de nível d'água**

A instalação do tubo de monitoramento do nível d'água deverá seguir as diretrizes exigidas pelo DRH RS. Todas as ações associadas a instalação são de completa responsabilidade da empresa contratada.

**5.1.5.4. Atividade 4. Cercamento e laje de proteção**

O cercamento com grade de proteção e a laje de proteção sanitária deverão seguir as diretrizes exigidas pelo DRH RS. Todas as ações que envolvem a implantação são de completa responsabilidade da empresa contratada.

**5.1.5.5. Atividade 5. Coletas e Análises Laboratoriais**

As coletas e análises laboratoriais são de inteira responsabilidade da empresa contratada. O escopo da contratação prevê que a empresa contratada providencie as coletas e análises em laboratório compatível com as diretrizes do DRH RS. Lista dos parâmetros inicialmente previstos: Dureza total, Condutividade Elétrica, Alcalinidade Total, Bicarbonatos, pH, Turbidez, Cor aparente, Sólidos totais dissolvidos, Cálcio, Carbonatos, Magnésio, Ferro total, Manganês total, Cloreto, Fluoretos, Sulfato, Nitritos, Nitratos, Nitrogênio total, Cromo, Chumbo, Zinco, Cobre, Alumínio, Potássio, Cádmio, Sódio, Temperatura, Coliformes Totais, Coliformes Termotolerantes, Contagem de Bactérias Heterotróficas (CBH).

**5.1.5.6. Atividade 6. Elaboração de projeto operacional**

O projeto operacional do poço deverá ser elaborado para a finalidade praticada: Fornecimento de água potável para a comunidade local. As informações sobre os volumes de projeto deverão ser calculadas pela empresa contratada. A quantidade de famílias servidas pelo poço será informada pela Prefeitura.

**5.1.5.7. Atividade 7. Preenchimento SIOU**

Todas as ações que envolvem a abertura do processo de outorga e preenchimento dos formulários são de completa responsabilidade da empresa contratada.

**5.1.5.8. Atividade 8. Obtenção de outorga de uso do poço**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
5 | 16

O acompanhamento da evolução do processo junto ao Sistema SIOUT do DRH RS é de responsabilidade da empresa contratada. Caso sejam solicitadas complementações, a empresa contratada deverá prestar esclarecimentos e providências para obtenção do documento.

**Local e Horário da prestação do Serviço**

- 5.2. O poço tubular situa-se na Localidade de Barranceiras, Distrito de Agupés. Coordenadas geográficas Latitude 29° 46' 59.47" e Longitude 50°11' 4.35".
- 5.3. Os serviços serão prestados preferencialmente em horário comercial. Caso sejam pretendidas atividades antes das 8:00 ou após 17:30, ficarão condicionadas a aprovação do fiscal do contrato.
- 5.4. As figuras 01 a 04 ilustram a localização do poço e sua condição em 18 de junho de 2024.



Figura 01: Localização do poço.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
6 | 16



Figura 02: Localização do poço.



Figura 03: Estruturas instaladas. Poço, o hidrômetro e o clorador.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
7 | 16



Figura 04: Estruturas instaladas. Hidrômetro no detalhe.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para realização de todas as tarefas de regularização.
- 5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.7. Não serão necessários procedimentos de transição do contrato devido às características do objeto.
- 5.8. O recebimento final fica condicionado à emissão do documento de outorga por parte do DRH RS.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
8 | 16

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

- 6.6. A Contratada poderá designar, formalmente, o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter o responsável técnico, o qual será responsável pela supervisão integral dos trabalhos.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Gestão do Contrato**

- 6.9. O gestor do contrato será o servidor previamente designado pelo órgão requisitante, nomeado através da Portaria nº 1422/2024, para acompanhar e monitorar o andamento do contrato em todas as suas fases, até o recebimento do objeto ou a execução total do serviço, nos termos dos arts. 8º e 9º do Decreto Municipal nº 88/2024.

**Fiscalização**

- 6.10. O(s) fiscal(is) do contrato será(ão) o(s) servidor(es) previamente designado(s) pelo órgão requisitante, nomeado(s) através de para acompanhar, fiscalizar e verificar a perfeita execução do contrato em todas as suas fases, até o recebimento do objeto, nos termos do art. 8º e art. 10 do Decreto Municipal nº 88/2024.
- 6.11. Além das atribuições comuns e específicas descritas no Decreto Municipal nº 88/2024, a fiscalização contratual deverá seguir as seguintes rotinas:
- a) Auxiliar a empresa contratada com relação à localização do poço;
  - b) Disponibilizar dados pré existentes;
  - c) Auxiliar a empresa contratada para contatos junto ao DRH RS.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
9 | 16

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Para fins de avaliação da execução do objeto, fica determinado que a emissão do documento de outorga por parte do DRH RS representa marco final do contrato. O pagamento poderá ser realizado através de duas medições, sendo 50% ao final da Atividade 1 e 50% após emissão do documento de outorga por parte do DRH.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produziu os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.1.4. Transcorridos 120 (cento e vinte) dias do protocolo inicial de solicitação de documento de outorga junto ao Sistema SIOUT, caso o DRH não emita nenhum tipo de manifestação, ficará o fiscal do contrato autorizado a permitir o pagamento da parcela final, indiferente, ficará a empresa contratada responsável por eventuais não conformidades e suas ações corretivas.

### Recebimento

7.2. A emissão do documento de outorga por parte do DRH RS representa o recebimento final do serviço.

7.2.1. O prazo para apresentação do documento de outorga será contado a partir da emissão da ordem de serviço.

7.2.2. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas em relatório de fiscalização.

7.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no relatório de fiscalização.

7.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório de fiscalização deverá conter a descrição, análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
10 | 16

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da ordem de serviço, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante relatório de fiscalização, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.4.3. Emitir relatório de fiscalização para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.4.5. Enviar a documentação pertinente à Central de Contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

#### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
11 | 16

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- d) o prazo de validade;
- e) a data da emissão;
- f) os dados do contrato e do órgão contratante;
- g) o período respectivo de execução do contrato;
- h) o valor a pagar; e
- i) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
12 | 16

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto à Administração Pública.

**Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pela Administração, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE.

**Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Contratada.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de preços, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será por 120 dias

**Critérios de aceitabilidade de preços**

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
13 | 16

conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, conforme disposto no art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Para o objeto por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.4.1. valor global: conforme valor estimado da licitação;

**Exigências de habilitação**

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.6.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.8. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou no Cadastro de Pessoas;

8.8.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se existirem, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.8.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
14 | 16

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

- 8.8.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 8.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal.
- 8.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 8.11.1. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor judicial do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples;
- 8.11.2. **Certidão Judicial Cível**, comprovando negativa de falência, expedida pelo distribuidor (TJ) do domicílio ou sede do fornecedor, nos termos do inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.11.3. O Microempreendedor Individual (MEI) deverá apresentar, também, a **Certidão Judicial Cível**, emitida pela Justiça Federal (TRF) da região do domicílio ou sede do fornecedor;

**Qualificação Técnica**

- 8.12. Declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, de que tomou conhecimento de todas as informações necessárias, tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação e possui os equipamentos e pessoal técnico necessários ao cumprimento das obrigações da licitação.
- 8.13. Registro ou inscrição da empresa no [Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, ou equivalente, em plena validade.
- 8.14. Apresentação do(s) profissional(is) envolvidos, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente:







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
15 | 16

- 8.15. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 8.16. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.16.1. Para fins da comprovação de que trata o item supra, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.16.2. Regularização de poço tubular junto ao DRH RS, ou,
- 8.16.3. Outorga de poço tubular junto ao DRH RS.
- 8.16.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.16.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.17. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.17.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.17.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.17.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.17.4. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme disposto no art. 107 da Lei n. 5.764/1971;
- 8.17.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.17.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Administração  
Setor de Compras e Licitações  
16 | 16

registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;  
e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.17.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos), conforme custos unitários apostos em anexo.

9.2. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. o preço poderá ser reajustado, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Lei Orçamentária Anual do Município.

10.2. A dotação orçamentária: 07.033.0020.0605.0119.2082.33390390000000000000.15000001 - 826

Osório, 29 de agosto de 2024.

Termo de Referência elaborado por:

Geólogo Eduardo Sanberg  
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Área Requisitante	Responsável pela elaboração
Regularização de poço comunitário através de documento de outorga junto ao Departamento de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul (DRH RS). Poço destinado para fornecimento de água potável.	Geólogo – Eduardo Sanberg
Atividade realizada com vistas à regularização de um poço comunitário de Osório junto ao DRH RS, em atendimento a exigências do Governo do Estado e do Ministério Público.	

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Setores de ocupação residencial/comercial de Osório são desprovidos de rede de abastecimento de água tratada por concessionárias. Para alguns destes locais, a Prefeitura Municipal oferece o serviço de abastecimento através da captação de águas subterrâneas. São os chamados “poços comunitários”. A maior parte dos poços está situada dentro da Área de Preservação do Morro de Osório (APA) e proximidades, onde a Corsan/Aegea Saneamento não possuem estruturas em operação.

A regularização administrativa dos poços comunitários é obrigatória, nos termos das Lei nº 15.434 (Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul) e do Decreto nº 53.901 (altera o Decreto 42.047, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta disposições da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, com alterações, relativas ao gerenciamento e à conservação das águas subterrâneas e dos aquíferos no Estado do Rio Grande do Sul, e o Decreto 23.430, de 24 de outubro de 1974, que aprova o Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública).

Ainda, conforme Decreto nº 55.374 de 2020, que regulamenta os arts. 90 a 103 da Lei nº 15.434, de 9 de janeiro de 2020, que dispõem sobre as infrações e as sanções administrativas aplicáveis às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente estabelecendo o seu procedimento administrativo no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, e os arts. 35 e 36 da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as infrações e penalidades no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos:

*Art. 109. Utilizar recursos hídricos, com ou sem derivação, sem a devida outorga de uso ou a sua dispensa:*

*Pena - advertência, com prazo para a regularização.*







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**

Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária

2 | 9

*Parágrafo único. No caso de não regularização, seja com a outorga, a sua dispensa, a cessação da utilização, tamponamento ou outras medidas, conforme indicação da autoridade ambiental pelas normas aplicáveis, incidirá multa de 250 (duzentas e cinquenta) UPF's a 2.500 (dois mil quinhentas) UPF's.*

*Art. 110. Utilizar recursos hídricos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga ou descumprir condicionantes da Reserva de Disponibilidade Hídrica, da Autorização Prévia, da Portaria de Outorga ou da Portaria de Dispensa de Outorga: Pena - multa no valor de 250 (duzentas e cinquenta) UPF's a 2.500 (dois mil e quinhentas) UPF's.*

*Art. 112. Executar a perfuração de poços, no interesse próprio ou de terceiros, sem a autorização prévia:*

*Pena - multa de 250 (duzentas e cinquenta) UPF's por poço.*

*Parágrafo único. A penalidade será de advertência, para os usuários da água, nos casos de perfuração de poços que se destinem a uso de caráter individual para a satisfação das necessidades básicas da vida e à agricultura familiar, e, no caso de reincidência específica, incidirá a penalidade de multa prevista no "caput" deste artigo.*

*Art. 113. Não regularizar ou não tamponar poços no prazo concedido pela autoridade ambiental:*

*Pena - multa de 500 (quinhentas) UPF's por poço.*

*Art. 115. Sempre que a infração cometida resultar em prejuízo ao serviço de abastecimento de água, em riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou de animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, independentemente de revogação ou de cassação da outorga, a multa será aplicada em dobro e nunca será inferior a 3.500 (três mil e quinhentas) UPF's.*

Uma compilação das legislações e normas técnicas associadas a obrigatoriedade e regulamentação do Sistema de Outorga no estado do RS pode ser consultada no website da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Departamento de Recursos Hídricos, através do link <https://sema.rs.gov.br/legislacao-outorga>

Os poços comunitários, via de regra, são administrados por um morador da comunidade. Cabe a este representante organizar o pagamento das contas de luz e providenciar pequenos reparos (pagamento através de rateio entre os usuários). A manutenção geral dos poços e das estruturas de distribuição são realizadas pela municipalidade. A Prefeitura mantém ainda, um contrato para monitorar parâmetros de potabilidade. O monitoramento é realizado em regime mensal. Os parâmetros analíticos são Cloro Residual Livre, pH, temperatura, cor aparente, turbidez, coliformes totais e *Escherichia coli*.

O poço comunitário em questão situa-se na Localidade de Barranceiras, Distrito de Aguapés. Coordenadas geográficas Latitude 29° 46' 59.47" e Longitude 50°11' 4.35". O poço não possui nenhum tipo de autorização ou outorga emitida por parte do DRH RS.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária  
3 | 9

O Ministério Público Estadual já solicitou a apresentação do documento de outorga do referido poço no âmbito do Inquérito Civil 01212.000.105/2022. O Departamento de Recursos Hídricos (DRH SEMA) já solicitou providências com relação a regularização administrativa de TODOS os poços comunitários de Osório (vide Ofício nº 687/2023 – GAB/DIOUT/DRHRS/SEMA -Notificação Administrativa)

O poço em questão situa-se na Localidade de Barranceiras, Distrito de Aguapés. Coordenadas geográficas Latitude 29° 46' 59.47" e Longitude 50°11' 4.35". O poço encontra-se em regularidade administrativa provisória, com vencimento para 14/02/2025. Atualmente o poço conta com cadastro junto ao Sistema SIOUT (Comprovante nº 2024/0002.446-1) A regularidade provisória é contestável, visto que o Município já vem sendo informado quanto a necessidade de regularização do poço no âmbito do IC 01212.000.105/2022 e da Notificação Administrativa (Ofício nº 687/2023 – GAB/DIOUT/DRHRS/SEMA). Em tempo, o cadastro realizado foi preenchido com dados desatualizados, que deverão ser atualizados durante o processo de outorga.

Assim, considera-se obrigatória a regularização de todos os poços comunitários de Osório. Sugere-se que o poço abordado pelo IC 01212.000.105/2022 seja priorizado através de contratação de empresa especializada para realizar as adequações estruturais e demais atividades para obtenção de documento de outorga de uso para consumo humano junto ao Sistema SIOUT do DRH RS.

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 6º, as atividades de adequação estrutural e administrativa do poço enquadram-se como serviços comuns, e, portanto, com contratação na “modalidade pregão”.

As figuras 01 a 04 ilustram a localização do poço e sua condição em 18 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**

Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária

4 | 9



**Figura 01:** Localização do poço.



**Figura 02:** Localização do poço.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

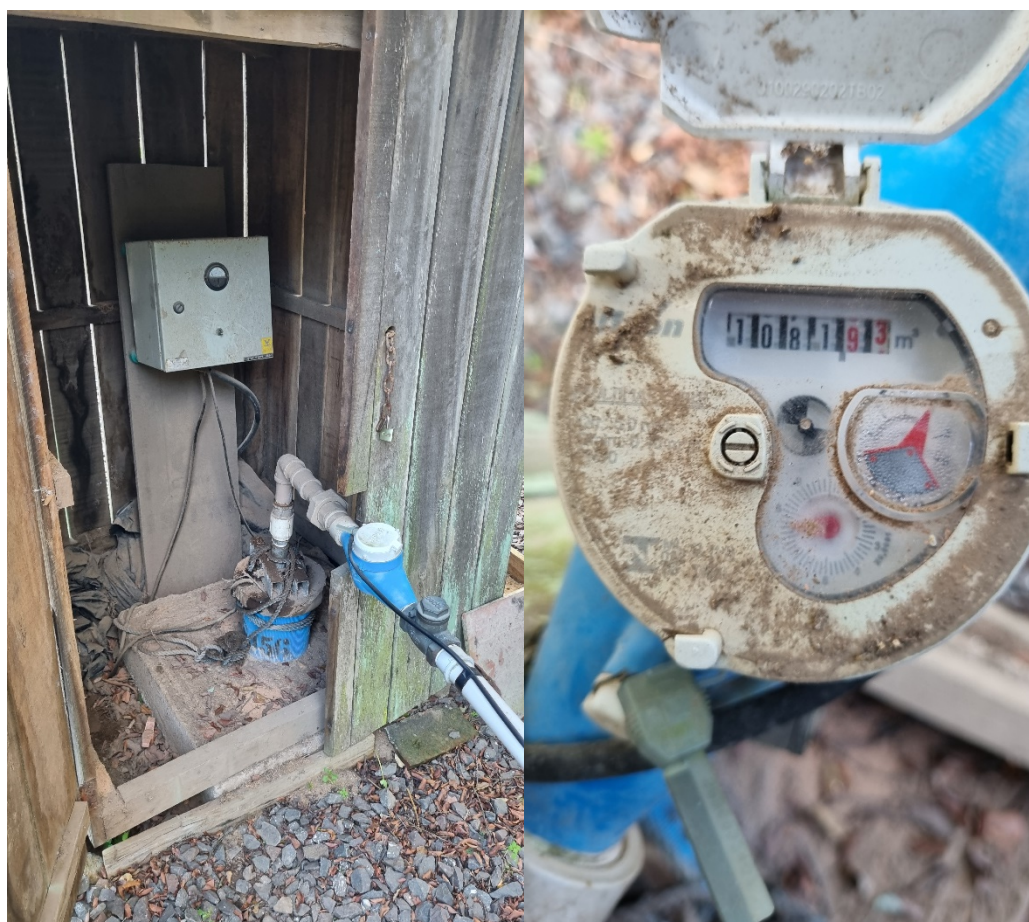
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**

Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária

5 | 9



**Figura 03:** Estruturas instaladas. Poço, o hidrômetro e o clorador.



**Figura 04:** Estruturas instaladas. Hidrômetro no detalhe.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária  
6 | 9

## 2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A atividade de regularização do poço não consta no Plano Contratações Anual.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Lei Federal nº 14.133/2021 (artigo 6º), entende-se que o objeto do presente ETP trata-se de serviço comum de engenharia. Como requisito da contratação, considere-se obrigatório, no mínimo, o Registro da Empresa e do Responsável Técnico junto ao Conselho competente.

## 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos discriminados no presente ETP foram fundamentados no documento obtido junto ao website do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de meio Ambiente do Rio Grande do Sul (<https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202403/12121810-passo-a-passo-para-regularizacao-de-aguas-subterraneas-no-siout-rs.pdf>) Para elaboração da composição de especificações, devem ser empregadas as diretrizes descritas no arquivo PASSO A PASSO PARA REGULARIZAÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO SIOUT.

A sequência de atividades deverá ser realizada de modo que permita que o poço receba documento de outorga de uso de águas subterrâneas para consumo humano. Caso sejam solicitados documentos, atividades ou análises complementares, não previstos nas instruções disponíveis em <https://sema.rs.gov.br/outorga-aguas-subterraneas>, a empresa deverá tomar providências para conformidade sem nenhum tipo de ônus à Prefeitura de Osório.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado a partir de processos licitatórios consultados junto ao sistema Licitacon (TCE-RS LicitCon Cidadão <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1:::>). A consulta se restringiu a processos licitatórios de 2024, realizados para regularização/obtenção de outorga de poços tubulares no estado do RS.

Por se tratar de um ETP que prevê serviços de comum contratação no RS, o valor levantado junto ao Licitacon é considerado representativo para embasar o processo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária  
7 | 9

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valor pode ser consultada na tabela abaixo:

Proc. de Dispensa	Município	Data (2024)	Valor Global	Valor Unitário
9	Braga	26/02	R\$ 15.400,00 para regularização de quatro poços	R\$ 3.800,00
474	Crissiumal	06/03	R\$ 2.480,00	R\$ 2.480,00
7	Esperança do Sul	02/04	R\$ 5.620,00	R\$ 5.620,00
25	Paim Filho	03/06	R\$ 35.816,69 para regularização de 7 poços	R\$ 5.116,67
43	Erebango	17/06	R\$ 7.800,00 para regularização de dois poços	R\$ 3.900,00
Média				R\$ 4.183,33
Desvio Padrão				R\$ 1.231,22
Média + Desvio Padrão				R\$ 5.414,56
Média - Desvio Padrão				R\$ 2.952,11
Mediana				<b>R\$ 3.900,00</b>

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Ao regularizar o poço, a Prefeitura estará apta a comprovar o devido atendimento a uma exigência prevista em legislação. A ação também evitará eventuais sanções ao município por parte do governo estadual, com especial menção aos possíveis desdobramentos do Inquérito Civil 01212.000.105/2022. O Departamento de Recursos Hídricos (DRH SEMA) já solicitou providências com relação a regularização administrativa deste poço (vide Ofício nº 687/2023 – GAB/DIOUT/DRHS/SEMA -Notificação Administrativa).

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Uma das exigências contidas no artigo 18, § 1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, refere-se às justificativas para o parcelamento ou não da contratação. Trata-se de item obrigatório a integrar o estudo técnico preliminar.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária  
8 | 9

Entende-se que o serviço, na sua forma mais vantajosa ao município, deva ser realizado por empresa única, e que todas as atividades deverão ser desenvolvidas sob responsabilidade técnica do mesmo profissional. Dessa forma, entende-se que não cabe parcelamento do serviço.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos pelo presente processo poderão ser representados pelo Documento de Outorga do poço, a ser emitido pelo Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do RS.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Além da conferência das documentações essenciais, não são necessárias, ou imprescindíveis, providências prévias ao contrato.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há, neste caso, contratações correlatas e/ou interdependentes, que possam interferir na alternativa proposta.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços está associada ao controle sobre o uso dos recursos naturais, no caso, águas subterrâneas. Para minimizar riscos, a empresa deverá seguir as boas práticas ambientais básicas. Os equipamentos utilizados deverão estar em plenas condições funcionais. Todos os resíduos que forem gerados durante a regularização das estruturas físicas deverão ser segregados e destinados de forma apropriada sob responsabilidade da empresa contratada.

A empresa contratada deverá contar com equipamentos, máquinas e materiais, bem como treinamento de funcionários, para garantir a segurança ocupacional e ambiental das operações.

## 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Entende-se que a contratação seja viável na forma proposta, com descrição a ser detalhada no Termo de Referência.

## 14. ANEXOS

**Anexo 1.** Notificação Administrativa SEMA 24 de outubro de 2023. Ofício nº 687/2023 - GAB/DIOUT/DRHS/SEMA







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE OSÓRIO**  
Secretaria de Meio Ambiente,  
Agricultura e Pecuária  
9 | 9

**Anexo 2.** Documento “Passo-a-passo para regularização de águas subterrâneas no Siout RS”, disponível em <https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202403/12121810-passo-a-passo-para-regularizacao-de-aguas-subterraneas-no-siout-rs.pdf>

**Anexo 3.** Cadastro do poço junto ao SIOUT. Obs. Dados poderão ser alterados durante etapa de regularização.

**Anexo 4.** Análise química da água coletada no poço em 23/01/2023

Osório, 18 de julho de 2024.

Eduardo Sanberg  
Geólogo – CREA RS 112.014

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39





23050000040977



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
E INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

Divisão de Outorga

Ofício nº 687/2023 - GAB/ DIOUT/DRHS/SEMA

Porto Alegre, 24 de outubro de 2023.

**NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Em cumprimento à Lei Estadual Nº 10.350/1994 e ao Decreto Estadual Nº 55.374/2020, regulamentado pela Portaria SEMA Nº 159/2020, o Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento - DRHS da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA/RS, **NOTIFICA** o usuário de água:

**Nome:** Prefeitura Municipal de Osório**CPF:** 88.814.181/0001-30**E-mail:** assessoria.ambiente.osorio@gmail.com**Endereço para notificação:** Avenida Jorge Dariva, 1251 – Centro. Osório – RS.**CEP:** 95520-000.

Em consideração ao Processo Administrativo Eletrônico nº 23/0500-0004097-7, constata-se a existência e uso de um poço tubular sem a devida autorização do órgão competente, conforme determina a Lei Estadual 10.350/1994, o Decreto Estadual 42.047/2002 e posteriores alterações, e as Resoluções do Conselho de Recursos Hídricos Nº 255/2017 e 311/2018. A intervenção, sob responsabilidade do usuário acima qualificado, está situada na Localidade de Barranceiras, Distrito de Aguapés, no município de Osório, nas proximidades das coordenadas geográficas Latitude 29° 46' 59.47" e Longitude 50° 11' 4.35".

Os processos administrativos relacionados às intervenções em águas superficiais ou subterrâneas são feitos através do Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT RS), conforme Portaria SEMA Nº 110/2018. Portanto, para regularizar a intervenção, deve-se efetivar a instrução de processo no SIOUT RS, acessando o site [www.sioutr.rs.gov.br](http://www.sioutr.rs.gov.br).

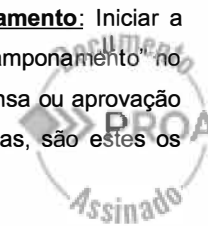
Dessa forma, deverão ser realizados os seguintes passos:

**1 – Cadastro no SIOUT RS:** Cadastrar o poço no SIOUT RS. Essa etapa não exige um responsável técnico específico, até mesmo o proprietário (se tiver as informações) pode cadastrar o poço. O poço deverá ser cadastrado no **prazo de 30 dias**, a contar da ciência desta notificação.

**2- Solicitação de outorga ou solicitação de aprovação do projeto de tamponamento:** Iniciar a etapa de "solicitação de outorga ou dispensa" ou "solicitação de aprovação do projeto de tamponamento" no SIOUT RS. O usuário terá o **prazo de 120 dias** para realizar a solicitação de outorga/dispensa ou aprovação do projeto de tamponamento. É necessário contratar um Geólogo ou Engenheiro de Minas, são estes os únicos profissionais que possuem atribuição para instrução desses processos.

Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura  
Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento – Divisão de Outorga  
Avenida Borges de Medeiros, 1501 – 7º andar – CEP 90119-900 – Porto Alegre/RS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39





23050000040977



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
E INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

Divisão de Outorga

**ATENÇÃO!** Existindo rede pública de abastecimento disponível para conexão no local, o poço não poderá ser utilizado para consumo humano.

O(a) usuário(a) fica ciente que, decorridos os prazos concedidos sem atendimento a esta notificação, será iniciado processo administrativo de imposição da penalidade prevista no artigo 113 do Decreto Estadual N° 55.374/2020, que estabelece:

*Art. 113. Não regularizar ou não tamponar poços no prazo concedido pela autoridade ambiental:*

*Pena - multa de 500 (quinhentas) UPF's (R\$ 12.370,95) por poço.*

Orientações e esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail [divisao-outorga@sema.rs.gov.br](mailto:divisao-outorga@sema.rs.gov.br) ou pelos telefones (51) 3288-7465 / (51) 3288-7463 (Whatsapp) - DRHS/SEMA em Porto Alegre

As solicitações expressas no presente Ofício não dispensam nem substituem as licenças ambientais, alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pelas legislações Municipal, Estadual ou Federal.

Carlos José Sobrinho da Silveira

Diretor Substituto do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39



Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura  
Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento – Divisão de Outorga  
Avenida Borges de Medeiros, 1501 – 7º andar – CEP 90119-900 – Porto Alegre/RS

## **Passo a Passo Simplificado para Regularização dos Poços**

1 – Realizar no site [www.siout.rs.gov.br](http://www.siout.rs.gov.br) o cadastro do usuário para obter login e senha.

2 – Com o login e senha, clicar em “Cadastros de Usos da Água” e iniciar o cadastramento do poço.

3 – Documentos obrigatórios para o cadastro:

- a) Cópia do Registro de Imóveis;
- b) Se for inquilino, anexar o contrato de aluguel;
- c) Fotos do Poço;
- d) Cópia da análise de água, se houver.

4 – Preencher todo o cadastro e ao finalizar imprimir o comprovante.

5 – Após a conclusão do cadastro, se o poço estiver localizado em local abastecido por rede pública, e **não for para uso em consumo humano (conforme Resolução CRH Nº 255/2017)**, terá o prazo de 1 (um) ano para solicitar a outorga e com base na Resolução CRH 402/2022, estará com a regularização provisória.

**Obs.: Ao ser constatado que a informação sobre consumo humano não procede, serão adotadas as medidas cabíveis de infração ambiental previstas no Decreto Estadual Nº 55.374/2020, com previsão de multa de 500 (quinhentas) UPF's (R\$ 12.370,95).**

6 – Para encaminhar a solicitação de outorga o usuário deverá contratar geólogo ou engenheiro de minas para instruir o processo no SIOUT e realizar as adequações, testes e análises dos poços.

7 – Locais/entidades profissionais registradas no CREA RS onde podem solicitar informações sobre profissionais:

### **Entidade: Associação Profissional Sul Brasileira de Geólogos**

Endereço: Otávio rocha, 22 - 8º Andar  
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.020-150  
Fone: (51) 993458564 / (51) 998337706  
E-mail: [apsq.geologia@gmail.com](mailto:apsq.geologia@gmail.com)  
Site: [www.apsgeo.com.br](http://www.apsgeo.com.br)

### **Entidade: Associação Gaúcha de Engenheiros de Minas**

Endereço: Sao Luis, 77 - Mezanino Art  
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.620-170  
Fone: (51) 33202130 / (51) 983330453  
E-mail: [agem.minas@gmail.com](mailto:agem.minas@gmail.com)  
Site: [www.agem.org.br](http://www.agem.org.br)

### **Entidade: Associação de Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Químicos e Geólogos de Caxias do Sul**

Endereço: Guia Lopes, 680 - Sobre loja  
Cidade: Caxias do Sul CEP: 95.020-390  
Fone: (54) 35348138 / (54) 999159926  
E-mail: [seaaq@seaaq.com.br](mailto:seaaq@seaaq.com.br)  
Site: [www.seaaq.com.br](http://www.seaaq.com.br)

### **Entidade: Associação Profissional de Engenheiros, Agrônomos e Geólogos da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul**

Endereço: João Manoel, 352  
Cidade: São Gabriel CEP: 97.300-220  
Fone: (55) 32325910 / (55) 999706261  
E-mail: [aseasg2020@gmail.com](mailto:aseasg2020@gmail.com)

### **Entidade: Sociedade dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Geólogos de Santiago**

Endereço: Pinheiro Machado, 1319  
Cidade: Santiago CEP: 97.700-000  
Fone: (55) 32514025 / (55) 996288793  
E-mail: [escritorio.lara@terra.com.br](mailto:escritorio.lara@terra.com.br)

### **Entidade: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul**

Endereço: Erico Verissimo, 960  
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.160-180  
Fone: (51) 984111807 / (51) 32301600  
E-mail: [assessoria.diretoria@senge.org.br](mailto:assessoria.diretoria@senge.org.br)  
Site: [www.senge.org.br](http://www.senge.org.br)





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

SIOUT 0002

COMPROVANTE

Nº 2024/002.446-1

**ATENÇÃO! Esse comprovante NÃO é uma outorga de água ou uma dispensa de outorga.** Para obter estes documentos, é necessário dar continuidade com o processo no Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul – SIOUT RS – seguindo as orientações fornecidas pelo sistema.

Este Comprovante de Cadastro de Uso da Água, cadastro SIOUT RS nº **2024/002.446**, está sob responsabilidade do(a) Usuário(a) de Água: **Prefeitura Municipal de Osório**, CNPJ nº **88.814.181/0001-30**.

As informações contidas neste relatório, gerado dia **14/02/2024** às **14:19:59**, referem-se ao extrato dos dados do Uso da Água do cadastro SIOUT RS nº **2024/002.446**, incluídos no SIOUT RS, sob responsabilidade do(s) próprio(s) usuário(s) de água. Se comprovado que as informações contidas nesse cadastro são falsas, o(s) usuário(s) de água estará(ão) sujeito(s) às penalidades previstas nas legislações vigentes que preveem que a declaração falsa constitui-se de crime.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39



Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura  
Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento – Divisão de Outorga  
Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º andar – Porto Alegre/RS

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o link abaixo ou utilize um dispositivo para a leitura do QR Code ao lado:

<https://atmb2.app.goo.gl/HRrB>







GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Comprovante N° 2024/002.446-1

SIOUT 0002

CADASTRO DE USO DA ÁGUA

Abaixo está o resumo dos dados informados no cadastro de uso da água.

Identificação do Usuário de Água

**Nome:** Prefeitura Municipal de Osório - CNPJ n° 88.814.181/0001-30

Localização da Intervenção

**Tipo da Área:** Rural

**Tipo do Vínculo do Usuário de Água com a Localização da Intervenção:** Administrador Público

**Nome da Localização da Intervenção:** BR 101, Km 82, N° 20935 (Vera Picenni)

**Município:** Osório/RS

**Distrito:** Aguapés

**Localidade:** Barranceiras

**Existe rede pública disponível para conexão nesta localização?** Não

Dados da Intervenção

**Natureza da Intervenção:** Água Subterrânea

**Tipo da Fonte de Captação:** Água subterrânea

**Tipo de Intervenção:** Poço tubular

Informações da(s) geometria(s) adicionada(s)

**Geometria:** Ponto 1

**Latitude:** -29,7831°

**Região Hidrográfica:** Litoral

**Sistema Geodésico de Referência:** SIRGAS 2000

**Bacia Hidrográfica:** Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí

**Longitude:** -50,1844°

**Município:** Osório - RS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39



Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura  
Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento – Divisão de Outorga  
Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7° andar – Porto Alegre/RS

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o link abaixo ou utilize um dispositivo para a leitura do QR Code ao lado:

<https://atmb2.app.goo.gl/HRrB>





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Comprovante N° 2024/002.446-1

SIOUT 0002

### Quadro de Vazão

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Dias/Mês	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31
Horas/Dia	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30	6:30
Vazão (m³/h)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Volume (m³/mês)	403	364	403	390	403	390	403	403	390	403	390	403

**Total de Dias/Ano:** 365 dias

**Total de Horas/Ano:** 2.372,5 horas

**Volume Médio Mensal:** 395,4167 m³

**Volume Total Anual:** 4.745 m³

**Vazão Média Mensal:** 2 m³/h

**Vazão Média Diária:** 13 m³/dia

**Vazão Máxima Diária:** 13 m³/dia

### Finalidades

- Consumo humano

Finalidades de uso	Porcentagens mensais da vazão captada											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Consumo humano	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Documento emitido automaticamente pelo sistema.

Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura  
Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento – Divisão de Outorga  
Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7° andar – Porto Alegre/RS

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o link abaixo ou utilize um dispositivo para a leitura do QR Code ao lado:

<https://atmb2.app.goo.gl/HRrB>



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 02/09/2024 08:39 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39

LABORATÓRIO DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DE ÁGUAS

RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 00166/2023

DADOS DO SOLICITANTE					
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO			CNPJ/CPF: 88.814.181/0001-30		
ENDEREÇO: Avenida Jorge Dariva, Nº 1251, Centro, Osório/RS			CONTATO: Elvis Noronha Cardoso		
DADOS DO LOCAL DE AMOSTRAGEM					
Tipo de Amostra: Água de abastecimento			Condições Climáticas: Ensolarado		
Local de Amostragem: Rede de distribuição – SAC VERA PICENI			Data - Hora da Amostragem: 23/01/2023 – 09h40min		
Técnico(s) de Amostragem: Mauro da Rosa			Temperatura do Ambiente: 29,6 °C		
Plano de Amostragem/Orcamento: 050/020_2020			Período de Análise: 23/01/2023 à 25/01/2023		
DADOS DO RECEBIMENTO					
Data do Recebimento: 24/01/2023		Hora do Recebimento: 07h05min		Temperatura no Recebimento: 7,5 °C	
RESULTADOS DOS ENSAIOS ANALÍTICOS					
ENSAIOS FÍSICO-QUÍMICOS					
ENSAIO	RESULTADO	VMP (¹)	INCERTEZA MEDIÇÃO	UNIDADE	MÉTODO
Cloro Residual Livre (c)	1,0	0,2 a 5,0	0,1	mg/L	SMWW, 23ª Edição, Método 4500-Cl-G
pH (c)	7,7	-	0,2	-	SMWW, 23ª Edição, Método 4500-H <sup>+</sup> -B
Temperatura da Amostra (c)	26,4	-	Não aplicável	°C	SMWW, 23ª Edição, Método 2550 B
Cor Aparente	< 5	15	Não aplicável	CU	SMWW, 23ª Edição, Método 2120-B
Turbidez	< 0,5	5	0,03	NTU	SMWW, 23ª Edição, Método 2130-B
ENSAIOS MICROBIOLÓGICOS					
ENSAIO	RESULTADO	VMP (¹)	UNIDADE	MÉTODO	
Coliformes Totais	Ausência	Ausência em 100 mL	-	SMWW, 23ª Edição, Método 9223-B	
Escherichia coli	Ausência	Ausência em 100 mL	-	SMWW, 23ª Edição, Método 9223-B	
LEGENDA: VMP (¹): Valor Máximo Permitido com base no Anexo XX, da Portaria de Consolidação N° 5/2017; (¹): Serviços realizados em campo; (Rc): Serviços realizados pelo cliente.					

LEGENDA: VMP (¹): Valor Máximo Permitido com base no Anexo XX, da Portaria de Consolidação Nº 5/2017; (¹): Serviços realizados em campo; (c): Serviços realizados pelo cliente.

  
Fabiano André Krüger  
Responsável Técnico - Químico  
CRQ 05201806 – 5ª Região

Nota 1: Os resultados referem-se somente aos itens ensaiados ou amostrados.

Nota 2: Amostragem realizada conforme DQ 016 – Amostragem, FOR 047 – Plano de Amostragem e FOR 049 – Formulário de Coleta.

Nota 3: Este Relatório de Ensaio só pode ser reproduzido por completo, a reprodução de partes requer a aprovação escrita do Laboratório.

Nota 4: Os resultados de amostras enviadas por clientes se aplicam à amostra conforme recebida.

Arroio do Meio, 31 de janeiro de 2023.

- FIM DO RELATÓRIO -



## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

OBRA: OBTENÇÃO DE DOCUMENTO DE OUTORGA DO POÇO  
REFERÊNCIA: SINAPI - Rio Grande do Sul – 07/2024

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA - DESONERADO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MENSALISTA %
GRUPO A		
A1	INSS	0,00%
A2	SESI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A9	SECONCI	0,00%
A	TOTAL	16,80%
GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	Não incide
B2	Feriados	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,69%
B4	13º Salário	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,56%
B7	Dias de Chuvas	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,09%
B9	Férias Gozadas	7,30%
B10	Salário Maternidade	0,02%
B	TOTAL	17,05%
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,18%
C2	Aviso Prévio trabalhado	0,10%
C3	Férias Indenizadas	2,82%
C4	Depósito Rescisão sem Justa Causa	3,47%
C5	Indenização Adicional	0,35%
C	TOTAL	10,92%
GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	2,86%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,35%
D	TOTAL	3,21%
TOTAL (A+B+C+D) = 47,98%		

Osório, 24 de julho de 2024.

EDUARDO SANBERG  
GEÓLOGO - CREA 112 014

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2024 08:39 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66d5a3f78ebc4>.  
POR EDUARDO SANBERG EM 02/09/2024 08:39



PLANILHA DEMONSTRATIVO DE CUSTOS								
OBRA: OBTENÇÃO DE DOCUMENTO DE OUTORGA DO POÇO				DATA BASE: Julho/2024				
BDI: 28,02%				ORÇAMENTO COM DESONERAÇÃO				
				Encargos Sociais Sobre a Mão de Obra - 47,98%				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid	QUANT	C. UNIT S/ BDI	C. UNIT C/ BDI	Encargos Sociais	C. TOTAL
1	LICITACON	Regularização de poço comunitário através de obtenção de documento de outorga junto ao Departamento de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul (DRH RS). Poço destinado para fornecimento de água potável. Atividade realizada com vistas à regularização de um poço comunitário de Osório junto ao DRH RS. Inclui todas as adequações estruturais, testes hidráulicos, preenchimento no sistema SIOUT e taxas administrativas	unid.	1,00	3.046,40	3.900,00	47,98%	3.900,00
		TOTAL GERAL						3.900,00
Osório, 24 de julho de 2024.								
EDUARDO SANBERG GEÓLOGO - CREA RS 112 014								



#### 4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

			Referência estudo TCE		
			1° Quartil	Médio	3° Quartil
Administração Central	AC	6,27%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,33%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	11,35%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,81%	i	10,75%	
Tributos - ISS	T	2,00%	DU	20	
Tributos - PIS/COFINS		3,65%			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
{[(1+AC+SRG) x (1+L) x (1+DF)] / (1-T)} -1					
Resultado do cálculo do BDI:		28,02%	21,43%	27,17%	33,62%

